

Comentários adicionais

Gláucio Ary Dillon Soares

É um raro privilégio receber comentários que, por um lado, procuram, honestamente, ampliar e melhorar o tratamento dado por um trabalho a um tema e, por outro, efetivamente o conseguem.

Os excelentes comentários de Teresa Caldeira e Sérgio Adorno ensejam a oportunidade de tecer novas considerações a respeito dos pontos trazidos à baila pelos comentaristas.

O cerne dos comentários trata da localização conceitual da violência policial - dentro ou fora da violência política? Foram também levantadas pertinentes considerações sobre o efeito da censura sobre a imprensa nacional e local e outros pontos. Tenho observações complementares a respeito de alguns desses pontos, devendo esclarecer que essas observações não seguem um plano "orgânico", mas simplesmente um formato itemizado.

O caráter político da violência policial

Os dois comentaristas sugerem a inclusão da violência cometida por policiais contra civis como parte da violência política. Deixei aberta a porta para modificações constantes sobre o que é e o que não é político, sugerindo a adoção de uma perspectiva cultural: seria político o que cada cultura define como tal. O fato de que dois destacados cientistas sociais brasileiros chamem a atenção sobre essa caracterização, de que se tenha criado um núcleo de excelência para o estudo da violência, de que o assunto tenha ganho as principais páginas dos jornais mais importantes e volte constantemente a elas, de que políticos se manifestem a respeito, certamente indica uma politização do fato, não sendo de surpreender se a violência policial passar das palavras de políticos isolados aos programas dos partidos e se for usada eleitoralmente. Assim, no Brasil, a violência policial está se politizando.

Entretanto, meu artigo foi escrito como uma crítica *interno* e *empírica* a estudos que não aceitam essa colocação. Ou seja, para melhor criticá-los empiricamente, aceitei os conceitos e as definições operacionais procurando evitar a multilinearidade na crítica. Somente no final do artigo pude expressar minha insatisfação com uma operacionalização baseada nas formas de violência política mais comuns aos países que ocupam maior espaço na imprensa internacional. Evidentemente, qualquer crítico da ampliação do conceito de violência política poderia afirmar que há aspectos políticos em quase tudo e que a violência policial não é exceção. Para mim esse raciocínio é falacioso. Numa perspectiva culturalista, o que resta saber é se a cultura política brasileira define a violência policial como política. Creio que está em vias de fazê-lo.

No nível dos perpetradores de atos de violência, houve, no Brasil, uma certa superposição da violência política e da policial. Até 1969 a repressão política, particularmente contra a luta armada, esteve principalmente nas mãos do DOPS e das polícias militares e estaduais. A partir de 1969 essa tarefa passou a ser dirigida pela CIE, sem prejuízo da contínua participação dos policiais, tanto nas diligências quanto nos interrogatórios. Muitos policiais aprenderam boa parte das técnicas de interrogatório e tortura enquanto atuavam na repressão política; acredito que uma parte de policiais e de antigos suboficiais militares que trabalharam na repressão continuou sua carreira na polícia, onde um número indeterminado faz uso de algumas das técnicas aprendidas. O fato de que a PM tenha sido dirigida por um oficial das Forças Armadas e de que as polícias estejam vinculadas a algum nível do poder público deixa claras as suas vinculações com o poder político. Afinal, a polícia não é uma instituição da sociedade civil como tal.

Sem negar, portanto, as muitas dimensões e características políticas da violência policial - passível de redução através da ação política - para fins de análise empírica, e somente para esses fins, prefiro mantê-la separada das formas

tradicionais de violência política, não tendo, contudo, nenhuma objeção a considerá-las como formas diferentes desse tipo de violência. A *etiologia social* dos dois tipos de violência é diferente, as suas vítimas e os seus atores também, e, conseqüentemente, também são diferentes os seus determinantes. Lembro-me de quando os estudos das correlatas sociais do crime produziam resultados pobres, até que a observação de Edwin Sutherland sugeriu que havia crimes típicos de "profissionais", em sua maioria da classe trabalhadora, e crimes típicos do colarinho branco; quando os dois foram separados, apareceram, fortes, as suas correlatas sociais. Embora ambos sejam crimes no sentido legal, sociologicamente são diferentes. Da mesma maneira, sem nada obstar a considerara violência policial *no Brasil*(1) como política, para fins analíticos convém mantê-las separadas. Aliás, empiricamente, muitas das formas de violência já aceitas como políticas pela ciência política "internacional" devem ser mantidas separadas, pelas mesmas razões. Assim, coloquemos a violência policial dentro ou fora da violência política, esta última terá que ser trabalhada em tipologias com fins analíticos.

Outro ponto mencionado pelos dois críticos e não trabalhado por nenhum de nós três requereria trabalho à parte. A violência por parte do Estado contra membros da sociedade civil configura um tipo muito particular e *diminuído* de cidadania e democracia, no qual importantes direitos da cidadania foram restringidos. Conceitua) e politicamente, talvez seja a questão mais importante.

A imprensa como dado e como fonte de dados

É importante distinguir a imprensa como *dado* e como *fonte de dados*. Nego validade à imprensa localizada nos países centrais como *fonte de dados* a respeito dos países periféricos em geral e dos latino-americanos em particular. Isso não impede que o que a imprensa publica, assim como o que deixa de publicar, seja, em si mesmo, dados importantes. Às vezes, o contraste entre as informações produzidas pela imprensa e aquelas de uma fonte independente dela, considerada superior, nos diz algo a respeito da seletividade da informação. A estratégia de demonstração pode ser tão simples quanto comparar duas distribuições de frequência, uma da imprensa e outra da fonte considerada mais adequada. Exemplifico: num estudo incompleto, feito por uma orientanda de graduação, não obstante os muitos problemas estatísticos, ficou caracterizada a sugestão de que O Globo prioriza as informações sobre crimes contra vítimas brancas que residem na zona sul do Rio de Janeiro, se comparadas com o total das vítimas de homicídio, tal qual descritas nos laudos periciais do IML e da polícia.

A questão do conhecimento de línguas

É clássica, nos Estados Unidos, a anedota de que quem fala muitas línguas se chama poliglota e quem fala uma só se chama americano. Há uma certa injustiça na anedota porque geralmente comparamos a elite dos demais países com o grosso da população americana. Mas, mesmo comparando as pessoas da classe média ou mais, há uma clara deficiência no conhecimento de idiomas nos Estados Unidos, em comparação com a Europa, particularmente os pequenos países e os multiétnicos. No caso concreto de um dos volumes do WHPSI, a codificação dos dados referentes à violência política e a outros indicadores foi feita por seis alunos de pós-graduação, nenhum dos quais tinha qualquer conhecimento de português e somente um tinha algum conhecimento de espanhol. E foram eles que coletaram os dados e os codificaram. Evidentemente, as fontes em espanhol ou português não foram levadas em consideração. A história é semelhante no caso dos demais bancos de dados mencionados. Estes são os bancos existentes e utilizados nos estudos sobre violência e conflito.

Essa crítica, a partir do conhecimento de idiomas, é o ponto de partida e um referencial empírico para duas críticas que fiz e que considero fundamentais:

A primeira tem a ver com a contradição central dos estudos empíricos comparativos feitos nos Estados Unidos e em muitos outros países, particularmente do Primeiro Mundo,(2) e que eu resumiria num binômio: estatística poderosa e dados fracos. O rigor da estatística dura, que exige muito dos dados e que "extrai" muito deles, contrasta com o caráter *light* dos dados sobre os países do Terceiro Mundo, coletados sem muito rigor, compressa, sujeitos a muitos erros.(3) Na minha leitura, o uso de técnicas avançadas de análise multivariada tem, particularmente nos Estados Unidos, uma função de legitimação profissional, e elas são freqüentemente usadas, mesmo quando a natureza menos precisa dos dados aconselharia a utilização de técnicas mais simples e menos exigentes. Infelizmente, há certas áreas nas quais o estudo comparativo quantitativo de muitos países simplesmente não pode ser feito devido à ausência

de dados fidedignos e de parâmetros conceituais aceitos por comunidades de cientistas sociais em todos os países estudados.(4) Esta afirmação tem conseqüências muito sérias: significa que algumas revistas especializadas não têm razão de ser; que algumas centenas de trabalhos são empiricamente um lixo; que centenas de milhares de horas de trabalho foram perdidas; que a especialização de algumas dezenas de cientistas políticos e sociais pelo mundo afora é inviável e que o limite do cognoscível nessa área é muito baixo.

A segunda crítica vincula os conceitos de paradigma e de ciência normal às instituições. Espelha minha insatisfação com a pouca atenção dada por Kuhn às *instituições-modelo*, onde boa parte dos paradigmas são desenvolvidos e também é feita boa parte da ciência normal. A probabilidade de criar um paradigma e de adquirir notoriedade na comunidade "internacional" de cientistas também depende da instituição e do país em que se trabalha e sobre o qual se trabalha. Há muitos anos eu lia um livro sobre a história colonial da América Central, particularmente do que hoje é a Guatemala, *La Patria del Criollo*, de Severo Martínez Pélaez. É um trabalho lindo de pesquisa histórica, muito bem escrito por um marxista guatemalteco. É pouco conhecido no Brasil(5) e no mundo, exceto por especialistas em América Central. Quando terminei de ler o livro, me perguntei por que não era um clássico "internacional". A resposta que encontrei é que o tema do livro é a história colonial da Guatemala, o seu autor é guatemalteco, e a editora, EDUCA, costarriquense - sem falar que está escrito em espanhol. Estou convicto de que se o WHPSI fosse publicado na Guatemala, em espanhol, por guatemaltecos da Universidade de San Carlos, ninguém o teria utilizado. Não obstante, como o WHPSI tinha atrás de si o peso da Universidade de Yale, ganhou legitimidade científica instantânea.(6) Porém nos países centrais há um fosso muito grande separando pessoas especializadas em disciplinas (ciência política, sociologia etc.) e os especializados em regiões no que tange a intimidade com dados de fora dos países centrais.(7)

A censura e o momento em que o conhecimento se torna possível

Os comentaristas enfatizam que a censura impede que a mídia nacional seja a melhor para se estudar a violência política. Isso significa que, freqüentemente, é difícil estudar a violência política enquanto ela está ocorrendo, enquanto um regime não democrático impede a livre circulação de informações e de idéias. Sérgio sugere que, nesses períodos, as melhores fontes são, indubitavelmente, as internacionais, como a Anistia Internacional e a America's Watch. Esperamos que esta seja uma condição temporária, mas, por razões de censura ao acesso à informação, algumas agências internacionais são, temporariamente, melhores fontes do que as nacionais.(8) Entretanto, em vários dos casos que estudei, as fontes dessas agências eram *nacionais*, embora o acesso a elas fosse limitadíssimo no país em questão.(9) Ou seja, às vezes os dados estavam sendo coletados, com evidentes riscos para os que coletavam, por agências nacionais que eram as principais supridoras, por debaixo da mesa, das internacionais. O problema é que, por óbvias razões de segurança, os pesquisadores não tinham livre acesso a esses dados.(10)

Na avaliação dessas fontes há dois erros comuns, nos quais os comentaristas não incidem: a) supor independência entre as fontes e b) colocar a seletividade da informação exclusivamente nas mãos da agência de notícias.

A imprensa nacional e a "internacional" (leia-se: nacional dos países centrais) não são independentes. Os grandes jornais mantêm correspondentes regionais cujas fontes mais comuns de informações são os textos escritos, nacionais e locais, e os seus autores e, ocasionalmente, entrevistas especiais com pessoas relevantes, em geral *politicamente* relevantes, além da embaixada, do país onde a rede está sediada. O grosso chega ao correspondente através da mídia local e nacional. A seleção de fontes feita pelo correspondente torna-se crucial no caso de conflito político e militar, sobretudo se envolver o país onde a rede está sediada.(11) No caso das agências de notícias, a quase totalidade das informações vem de uma mídia local e nacional, uma vez que é raro as agências fazerem pesquisa jornalística. A seletividade ou viés das informações das fontes internacionais começa, portanto, com a seletividade das informações nos níveis nacionais e locais, à qual deve ser acrescentada a do *bureau* central da agência e a mais importante, que é a da redação do jornal no país central. Há dados que mostram que é aí que morre a maior parte das notícias a respeito dos países do Terceiro Mundo, gerando um círculo vicioso entre um público mal informado, etnocêntrico, que não se interessa pelo Terceiro Mundo, e uma mídia que reforça esse desinteresse.

A minha agenda para o futuro

Como cidadão e como pesquisador, creio que minhas atividades futuras serão dirigidas pela caracterização do Brasil como uma *cultura violenta* e para o seu estudo. Há muitas outras formas de violência, políticas ou não, que prevalecem no Brasil e o qualificam como sendo um dos países mais violentos. A violência no trânsito, que mata perto de 50 mil pessoas por ano, é uma das que mais me impressionam; a violência contra mulheres por parte de maridos e companheiros é das menos estudadas e contra a qual a sociedade brasileira tem poucos recursos; a violência contra filhos e enteados faz parte da mesma síndrome; as taxas de homicídio são altíssimas e o Rio de Janeiro, com cerca de 6 mil homicídios anuais, está no mesmo plano que Medellín e Bogotá. Há formas menos evidentes da violência, como o medo generalizado que imobiliza os idosos, vítimas preferenciais dos assaltos, predominantemente praticados por jovens, que são, por sua vez, vítimas preferenciais dos grupos de extermínio. **(12)** Desde as relações interpessoais, inclusive familiares, até as relações entre a população e o Estado, passando pela violência de uma desigualdade imoral, o Brasil faz parte de uma cultura extremamente violenta. Neste sentido, é importante desmistificar o caráter pacífico da sociedade brasileira e é alentadora a existência de um núcleo dedicado ao seu estudo e de pesquisadores competentes dedicados ao tema. A desmistificação virá, parcialmente como resultado das pesquisas e da sua divulgação.

Notas

1. Não generalizo para outros países. Entretanto, a violência policial já entrou na política local em várias áreas metropolitanas dos Estados Unidos.
2. São raros os estudos comparativos empíricos, quantitativos ou não, feitos no Terceiro Mundo, em grande parte, creio, devido à dificuldade de acesso à informação sobre outros países.
3. Não participo da crença, encontrável em tantos trabalhos escritos na América Latina, de que, conceptual e teoricamente, as ciências sociais americanas sejam comparativamente fracas simplesmente porque seguem tradições teóricas próprias, diferentes das européias, e porque pagam pouco tributo ao marxismo.
4. No suposto algo otimista de que esses cientistas realmente espelhem as normas e as definições da sua cultura.
5. O excelente historiador brasileiro Ciro Flammarion Cardoso é um crítico duro de Martínez Pélaez, sem deixar de reconhecer a excelência do trabalho do historiador guatemalteco.
6. Ano após ano, no Citation Index, as várias versões do WHPSI recebem muitas referências. Quero deixar claro que muitas séries do WHPSI são confiáveis e de bom nível.
7. Isto também vale para os países latino-americanos. Com raras exceções, os cientistas políticos e sociais brasileiros têm muito pouco contato com os seus colegas latino-americanos e com a sua produção intelectual.
8. Há restrições, também, à fidedignidade de algumas agências de defesa dos direitos humanos. A Anistia Internacional, durante muitos anos, subnumerou grosseiramente a violência política nos países socialistas, viés corrigido posteriormente.
9. Como, por exemplo, Projeto Brasil Nunca Mais, a Vicaría de Ia Solidaridad no Chile, a UCA em El Salvador.
10. O que considero plenamente justificável, dada a clara prioridade dos direitos humanos sobre o direito à pesquisa.
11. A importância do correspondente é crucial: em El Salvador, quando Lúcia Chávez era a correspondente do *NY7*; as fontes de informação eram, quase exclusivamente, o governo salvadorenho e a Embaixada dos Estados Unidos, sem contato com a Frente Farabundo Martí; já na Nicarágua sandinista as fontes eram a Embaixada dos Estados Unidos e os contras, com pouquíssimas informações do governo sandinista. Já Alan Riding, que também foi correspondente do *NYT* na América Central, foi ameaçado de morte e teve que ser transferido.
12. Infelizmente, no Brasil, o estudo dessas várias formas de violência é muito dificultado pela inadequação das estatísticas, particularmente pela falta de padronização das várias fontes. Os registros policiais de acidentes de trânsito, por exemplo, não têm continuidade: começam e terminam no local do acidente. Daí a subestimação grosseira dos mortos nos acidentes de trânsito, incluindo somente os que morrem no local, excluindo os que morrem a caminho do ou no hospital, ou algum tempo depois, em função do acidente. No caso dos acidentes de trânsito e dos homicídios, as melhores estatísticas são as do IML, mas a causa legal tem que ser *inferida* a partir do tipo de lesão.